

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

CADERNO DE ENCARGOS

HASTA PÚBLICA nº 02/2017

Alienação de leites de cabra e de ovelha proveniente da ordenha efetuada na Quinta da Alagoa da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viseu

Instituto Politécnico de Viseu

Av^a Coronel José Maria Vale de Andrade,
s/nº

Campus Politécnico

3504-510 VISEU – Portugal

Telefone: 232480700, Fax: 232480750

Email: ipv@pres.ipv.pt

**setembro
2017**

Índice

Disposições gerais

Cláusula 1.^a - Objeto

Cláusula 2.^a - Requisitos gerais da alienação

Cláusula 3.^a - Prazo

Cláusula 4.^a – Alienação

Cláusula 5.^a – Preço base do procedimento

Cláusula 6.^a – Condições de pagamento

Cláusula 7.^a – Outros encargos do adquirente

Cláusula 8.^a - Penalidades por incumprimento

Cláusula 9.^a - Sigilo

Cláusula 10.^a – Casos fortuitos ou de força maior

Cláusula 11.^a – Cessão da posição contratual

Cláusula 12.^a – Resolução do contrato

Cláusula 13.^a – Prevalência

Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente procedimento tem por objeto a alienação de leite de cabra e ovelha proveniente da ordenha mecânica efectuada na Quinta da Alagoa, regendo-se pelo Decreto-Lei n.º 307/94, de 21 de dezembro e pela Portaria n.º 1152-A/94, de 27 de dezembro, e subsidiariamente pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado em anexo ao D.L. n.º 18/2008, de 29 de janeiro, doravante designado por CCP, com as necessárias adaptações.

Cláusula 2.ª

Requisitos gerais de alienação

- 1 - Os leites produzidos deverão ser recolhidos na sala de leites situada na Quinta da Alagoa, Estrada de Nelas, em Viseu.
- 2 - Prevê-se que a produção de leites para venda se inicia em setembro de 2017 e previsivelmente durará até julho de 2018.
- 3 - Previsão da quantidade produzida: 4.000 litros de leite de ovelha e 2.000 litros de leite de cabra.
- 4 - A exploração de ovinos e caprinos possui a marca HW4G8 e a classificação sanitária B4 – Oficialmente Indemne.
- 5 - A exploração pecuária possui cerca de 100 ovelhas produtivas seleccionadas e inscritas no Livro Genealógico da raça bordaleira da Serra da Estrela e cerca de 30 cabras produtivas da raça serrana – ecotipo jarmelista.
- 6 - Foi efectuada a sincronização deaios nas ovelhas, de forma a concentrar os partos e as entradas em lactação.
- 7 - Os animais cumprem todas as obrigações legais ao nível sanitário e os registos oficiais.
- 8 - As ordenhas decorrerão duas vezes ao dia em sala própria equipada com um sistema de ordenha mecânica e preparada para ordenhas separadas de cabras e de ovelhas, assim como o respetivo leite, recorrendo às condições higiénicas e sanitárias recomendadas.
- 9 - Os leites de ovelha e de cabra produzidos são armazenados separadamente em tinas refrigeradoras (conservação em frio) e podem ser conservados em boas condições durante 2 a 3 dias, sem prejuízo para a sua qualidade.
- 10 - No momento da recolha dos leites, estes deverão ser quantificados (medição em litros), ser registados em folha mensal para o efeito e, posteriormente, serem levados em bilha ou bilhas do e pelo adquirente.
- 11 - Estas previsões de quantidades podem ser diminuídas ou acrescidas conforme a menor ou maior produção dos leites, tendo que o adquirente recolher todo o leite produzido.

Cláusula 3.ª

Prazo

O contrato mantém-se em vigor a partir da data da sua celebração até 31 de julho de 2018.

Cláusula 4.ª

Alienação

A alienação será efectuada de acordo com o referido na Cláusula 2.ª do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 5.^a

Preço unitário base do procedimento

1 - O preço unitário base de venda será de acordo com a seguinte tabela (taxa de IVA em vigor incluída):

Tipo de leite	Preço/litro (€)
De ovelha	1,17
De cabra	0,75

2 - O preço base é o preço mínimo que o Instituto Politécnico de Viseu se dispõe a aceitar pela alienação de leite de cabra e ovelha objecto deste procedimento.

Cláusula 6.^a

Condições de pagamento

1 - Mensalmente, deverão ser contabilizado os consumos dos leites e pagos, no prazo máximo de 30 dias.

2 - As prestações serão liquidadas por transferência bancária ou através de cheque visado emitido à ordem do Instituto Politécnico de Viseu.

3 - No caso de transferência bancária esta deverá ser feita previamente para o NIB a fornecer pelo Instituto Politécnico de Viseu, devendo o adquirente apresentar o talão comprovativo da transferência.

Cláusula 7.^a

Outros encargos do adquirente

1 - O adquirente é considerado o único responsável nas seguintes situações:

- Pela recolha do leite armazenado na sala de leites dentro de tinas refrigeradoras pertença da ESAV;
- Pela vinda para recolha dos leites 2 a 7 vezes por semana ou sempre que a Escola o solicite;
- Pela confirmação e registo das quantidades de litros de leites recolhidos;
- Pelo transporte do leite de acordo com as normas legais em vigor;
- Reparação e indemnização de todos os prejuízos ou danos, causados a terceiros ou ao Instituto Politécnico de Viseu por motivos que lhe sejam imputáveis.

2 - São da conta do adquirente todas as licenças e encargos legais necessários à execução dos trabalhos.

3- É também da responsabilidade do adquirente o cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, relativamente a todo o pessoal que executa os trabalhos objeto deste contrato, sendo da sua conta os encargos que daí resultem.

Cláusula 8.^a

Penalidades por incumprimento

1 - Penalidades por violação dos prazos contratuais:

- Se o adquirente não recolher o leite atempadamente (mínimo de 2 a 3 vezes por semana) ou sempre que a ESAV o solicite, fica sujeito ao pagamento da totalidade dos leites degradados pelos valores unitários contratados, sendo os litros contabilizados pelo adjudicatário na presença ou não do adquirente.
- Se não fizer os respectivos pagamentos no prazo máximo de 30 dias após as recolhas dos leites, a entidade adjudicante cobrará ao adquirente uma indemnização diária de cinco por mil (5‰) do valor total em falta, que poderá atingir 25% do valor total da adjudicação.
- Se atingir a penalidade de 25% do valor total da adjudicação, e se entretanto o adquirente não pagar essas penalidades, a entidade adjudicante tem o direito de rescisão contratual sem o prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

2- As penalidades previstas serão pagas no prazo de 10 (dez) dias, a contar da respectiva notificação para o efeito.

3- Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 9.^a

Sigilo

O adquirente garantirá o sigilo quanto a informações que o seu pessoal venha a ter conhecimento relacionadas com a atividade da entidade alienante.

Cláusula 10.^a

Casos fortuitos ou de força maior

1 – Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.

2 - A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem com informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Cláusula 11.^a

Cessão da posição contratual

O adquirente não pode ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos ou obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade alienante.

Cláusula 12.^a

Resolução do contrato

As violações graves das obrigações assumidas por uma das partes conferem, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de resolução do contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

Cláusula 13.^a

Prevalência

1 - Fazem parte integrante do contrato o caderno de encargos e a proposta do aquirente.

2 - Em caso de dúvidas, prevalece em primeiro lugar o caderno de encargos e em último lugar a proposta do adquirente.

Instituto Politécnico de Viseu, 11 de setembro de 2017

O Presidente do Instituto Politécnico,


Prof. Fernando Lopes Rodrigues Sebastião